

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de abril de 2022 - Ata n.º 28.

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **28.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**. O Sr. 2.^º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.^º 27, de 11 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.^º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, recebemos hoje por parte do Chefe do Poder Executivo, Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Junior, entregue formalmente pelo Chefe da Casa Civil, João Carlos Ortega, a Mensagem n.^º 22/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 141/2022), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício 2023. É um Projeto

longo e, atendendo a um apelo do Líder da Oposição, vou ler o Projeto todo, Ex.^a, conforme seu pedido. São apenas mil e... Não, são só... (Risos!)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Primeiro Secretário, por favor, gostaria que V.Ex.^a abreviasse a leitura porque é muito longo, extenso esse Projeto.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Vou abreviar. Certamente a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Evandro Araújo, fará a devida análise, com todas as emendas pertinentes que os Parlamentares desta Casa certamente oferecerão, aquela que é a lei que orienta, que ilumina a elaboração do Orçamento do Estado.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 413/2022** da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 142/2022), que cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências; **Ofício n.º 414/2022** da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 143/2022), que cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências; **Ofício n.º 7442897/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 144/2022), que cria 60 (sessenta) cargos de livre provimento de assessoramento, simbologia 1-C, para os gabinetes de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau e 21 (vinte e um) cargos de livre provimento, simbologia 1-D, para o assessoramento de magistrados do Primeiro Grau de Jurisdição; **Ofício n.º 7456621/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 145/2022), que dispõe sobre os cargos de livre provimento e as funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná vinculadas

à área de tecnologia da informação e comunicação e estabelece outras providências; **Projeto de Lei autuado sob o nº 139/2022**, da Comissão Executiva, que insere, altera e revoga dispositivos da Lei n.º 16792, de 25 de fevereiro de 2011, da Lei n.º 16809, de 2 de maio de 2011, e da Lei n.º 20123, de 20 de dezembro de 2019, que tratam sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Ofício n.º 735/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Requerimento n.º 7481/2021, do Deputado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 789/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Água e Terra ao Requerimento n.º 220/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 770/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6734/2021, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 757/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 417/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 756/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1204/2019, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 759/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1964/2019, do Deputado Dr. Batista; **Ofício n.º 793/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 6860/2021, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 792/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 320/2022, do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 760/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba ao Requerimento n.º 293/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º 772/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba ao Requerimento n.º 317/2022, da Deputada Mabel Canto e demais Parlamentares; **Ofício n.º 746/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 40/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 764/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao

Requerimento n.º 6998/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 762/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 4744/2019, do Deputado Ademar Traiano e demais Parlamentares; **Ofício n.º 745/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 51/2022, do Deputado Paulo Litro; **Ofício n.º 111/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 288/2021, sendo convertido na Lei n.º 20995; **Ofício n.º 753/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 409/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 741/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 162/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 794/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6879/2021, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 913/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 452/2022, do Deputado Professor Lemos.

Era isso, Sr. Presidente, que tínhamos para o presente momento, ao mesmo tempo em que cumprimento a presença do Deputado Cobra Repórter.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Cobra Repórter.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Cobra Repórter; Goura; Galo; Ricardo Arruda; Tadeu Veneri; e Professor Lemos.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que compõem a Mesa, Sr.^s Deputados e Deputadas, público que nos acompanha pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*. Senhor Presidente, subo a esta tribuna, hoje, primeiro para enaltecer, estou vendo aqui o Deputado Tercílio Turini que também esteve presente na ExpoLondrina, quase 600 mil pessoas passaram lá pelo Parque de Exposições Ney Braga. Esteve presente o

Governador Ratinho Junior, o Presidente Jair Bolsonaro, em uma festa muito grande, mas, acima de tudo, a presença de um público que estava há muito tempo esperando para que essa festa voltasse. É uma festa do Estado do Paraná, que engrandece o Estado, que engrandece o Sul do País, porque certamente é a maior Feira Agropecuária do Brasil. Isso é muito importante para nós. Quero parabenizar toda a equipe organizadora, enfim, todos aqueles que compareceram lá. E venho aqui hoje, também, Sr. Presidente, para destacar o trabalho de um Delegado que atua no interior do Paraná. O Dr. Alysson Tinoco é Delegado da cidade de Colorado e tem feito um excelente trabalho no combate à criminalidade, mas, acima de tudo, destaco o seu trabalho na causa animal, fazendo um trabalho sensacional também nesta área, combatendo os maus-tratos aos animais, combatendo o tráfico de animais, conscientizando a população do trabalho de cuidar dos animais. Isso tem feito a diferença na cidade onde ele atua, que é na cidade de Colorado, a *Capital Estadual do Rodeio*. E o Delegado Alysson Tinoco tem feito diversas ações nesse sentido, em proteção aos animais. Eu que trabalho muito nesta área, sou um defensor dos animais também, ressalto o trabalho que o Dr. Alysson tem feito nesse sentido, para combater os maus-tratos aos animais, fazendo apreensões daqueles que acabam maltratando os animais, conscientizando e fazendo o trabalho também com a sociedade. Isso é de fundamental importância. E todas essas ações que o Delegado vem fazendo surtem um efeito muito grande, porque isso mostra no dia a dia que a cidade vem fazendo o seu papel, e ele como Delegado de Polícia tem feito a sua parte. Isso tudo resulta em um trabalho diferenciado. Lamentavelmente, temos em todo o Estado do Paraná. A violência contra os animais é muito grande. Sou o autor do *Julho Dourado*, o mês que institui o cuidado aos animais. Sou um dos autores, também, do Projeto do *Castra Pet*, que o Governador Ratinho Junior institui como programa de Governo e que vai passar em todas as cidades do Estado do Paraná. E, nesse sentido, também acabamos exaltando o trabalho daqueles que atuam nessa área. E foi assim que aconteceu com o Delegado Dr. Alysson Tinoco, que está aqui nesta Casa hoje, acompanhado do Marcio Bertoni, que é Investigador de Polícia, do Caio César, que é Agente também do Depen, e do amigo dele, o

Zoinho, foi quem fez a indicação dele, com a Vereadora Andrea Dias, da cidade de Colorado. Então, parabenizo aí o Delegado pelo excelente trabalho e faço uma homenagem, também, desta Casa aqui, uma Menção Honrosa para o Dr. Alysson Tinoco pelo trabalho prestado nessa causa e defendendo os nossos animais na cidade de Colorado. Era isso, Sr. Presidente. Vou entregar essa Menção Honrosa para um defensor dos animais e um trabalho sensacional que tem feito na cidade de Colorado. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Cobra, conforme acordamos, **vou suspender por um instante a Sessão**, para que V.Ex.^a possa fazer a entrega dessa Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.
Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V.Ex.^a, à nossa Mesa, a todos os Parlamentares, servidores e cidadãos que acompanham esta nossa Sessão. Senhor Presidente, o índice da inflação de Curitiba foi registrado como o maior de todas as capitais brasileiras, Deputado Arilson, nesse mês de março, 2,4%, um índice puxado especialmente pela alta dos combustíveis, que o senhor tem feito aqui a crítica em vários momentos, mas também pelo reajuste da tarifa do transporte coletivo que houve aqui na capital, um aumento de 20%, a passagem que os usuários pagavam R\$ 4,50 foi majorada pelo Prefeito Rafael Greca para R\$ 5,50, um valor que pesa no bolso dos trabalhadores, dos estudantes, de todos aqueles que precisam e dependem de um transporte coletivo. Nesse sentido, Deputados e Deputadas, trago aqui a importância da discussão que houve ontem aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Mesmo com os subsídios milionários por parte do Governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba, a passagem aqui na capital aumentou. E, Deputado Fruet, somos autores, creio que o senhor ainda não, mas está convidado a ser coautor também do PL n.^º 781, Sr.^s Deputados. O PL n.^º 781 foi protocolado aqui em 2019 e

contou com o apoio dos Deputados Evandro Araújo, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Tercílio Turini, Arilson Chiorato, Professor Lemos, Requião Filho e ontem também a Deputada Cristina já manifestou o desejo de ser coautora deste Projeto, o Deputado Fruet participou também da nossa Audiência. O que queremos, Deputado Gilberto Ribeiro, é uma regulamentação do subsídio que o Governo do Estado pode conceder ao transporte coletivo e que atualmente ocorre apenas na capital paranaense. Por que não Ponta Grossa? Por que não Londrina, Maringá, Cascavel e outros grandes centros urbanos do nosso Estado também possam receber esse subsídio? A ideia de um subsídio, que é o que está previsto na Lei da Mobilidade Urbana, lei nacional, de 2012, é que devemos baratear o acesso ao transporte coletivo. Devemos inclusive ter como meta a tarifa zero, ter como meta, Deputados, a ideia de que a função social do transporte coletivo deve se sobrepor aos interesses individuais de grupos empresariais, interesses de lucro. O transporte coletivo não pode estar à mercê do lucro de empresários, ele tem que ser, sim, objeto que garanta o acesso da cidade à população. Nesse sentido, o nosso Projeto prevê a isonomia no repasse desses recursos, repasses esses que, como disse, só chegam à capital e só vêm também quando há um alinhamento político entre Prefeitura e Governo. Isso não corresponde a nenhuma forma, Deputado Romanelli, de conformidade, de *compliance*, isso não corresponde ao que entendemos como boas práticas da administração pública. É importante que esse recurso chegue, sim, para apoiar as pessoas que precisam do transporte, que com isso tenhamos um transporte de maior qualidade, onde o usuário seja, sim, privilegiado, Deputado Galo, sempre atento às questões aqui da capital, e que não atenda, como tem sido o objeto, ao lucro dos empresários. Mesmo aqui em Curitiba, com subsídios milionários do Governo e da Prefeitura, Rafael Greca anunciou agora R\$ 170 milhões a mais para os empresários, ainda assim a tarifa sobe, a frota diminui e as pessoas vão consequentemente deixando de utilizar o transporte coletivo. Quero destacar ainda um ponto da nossa lei e pediremos ao Deputado Nelson Justus que possa pautar o Projeto na CCJ, que o controle social é outro ponto fundamental para termos uma política efetiva, eficiente e transparente. Então, o Projeto prevê que os municípios devem ter um

Conselho Municipal de Transportes ativo e composto de forma paritária entre a sociedade civil e os órgãos do Governo. Então, o PL n.º 781, convidou também os demais Parlamentares que queiram ser coautores. E lembro aqui ao Deputado Marcel Micheletto, que é o Líder do Governo, a... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. A importância deste Projeto para uma gestão pública realmente eficiente e isonômica. Então, pedimos o apoio. Não é um Projeto da Oposição, Deputado Tercílio, é um Projeto que visa justamente o bem-estar e a qualidade do serviço do transporte coletivo oferecido a toda a população. Tenho 30 segundos ainda e quero lembrar também a importância aqui de uma ação do Governo para o povo de Guaraqueçaba, que está sem ônibus, está sem transporte coletivo ligando Antonina a Guaraqueçaba. Toda a população rural, Deputado Galo, da PR-405 está sem acesso ao transporte coletivo. Já pedimos que o DER tome providências, ontem conversei com o Líder do Governo, que também foi muito atencioso e garantiu que o Governo tomará as providências. Faço este destaque, Sr. Presidente, porque estamos falando de um município paranaense que está sem contato com outros municípios. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Deputadas, Deputados e você que nos acompanha aí! Ainda na esteira do nosso prezado Deputado Goura: Guaraqueçaba pede socorro, sim! É necessário que o pessoal do DER, Marcel... Ajuda lá, Marcel! Marcel é o nosso querido Deputado, sempre competente, sempre atento e tenho certeza de que ele vai lá falar: *Furiatti, vai lá Furiatti! Aquele negócio lá já faz 45 dias, ônibus encalhado, as crianças sem estudar.* Aliás, a estrada de Guaraqueçaba é uma *mercadoria*, todo mundo sabe! Não é o Ratinho Junior, é coisa antiga! A velha política abandonou, então a nova

política tem que dar resultado lá. Senhoras e senhores, quero registrar a presença do estudante de direito que logo será nosso doutor, Marcelo Amaro, que está ali na sala ao lado, que está me trazendo uma ideia excepcional, a Deputada Mabel estava aqui agora há pouco, sobre medida protetiva para mulher. É uma novidade muito boa! Estou ouvindo do estudante ali. Mas, trago aí para vocês! O mundo resolveu colocar cores, uma hora é cor azul, uma hora é cor branca, uma hora é cor laranjada, mas a cor deste mês agora é para salvar os nossos queridos amigos. Permita-me, você que está me assistindo neste momento, dizer que é verdade que ele é um grande amigo nosso, porque quando você chega em casa o teu gatinho, o teu coelho ou o teu cachorrinho faz tanto carinho em você sem exigir absolutamente nada. Ele não cobra! Não é, Cobra! Ele não cobra. E aqui na Assembleia Legislativa somos unanimidade que somos a favor dos animais. E, como bom animal, por ser galo, o Cobra por ser um cobra, estou apresentando aqui na Assembleia Legislativa uma ideia, meu querido Cobra, de criarmos... um pedido que nasce lá em Guaratuba, da nossa prezada Presidente da SOS Animal, a Joze, para a Assembleia pensar em conjunto, nobre Presidente Traiano, de um hospital público para os animais. E ainda que falem assim: *Mas, espere lá, Galo!* Hein, Dr. Turini? *O ser humano precisa de tanto.* Mas temos talvez o melhor do mundo, que é o SUS, depende de administração. O SUS dá certo, sim, está aí o hospital aqui de Campo Largo, o Rosário, que não deixa mentir, lá é tudo excelência e é SUS. Então, meu prezado Pastor Gilson, V.Ex.^a que tem um profundo conhecimento das páginas sagradas, o animalzinho sempre esteve lá, foi o burrinho que levou Jesus. Então, o animal precisa dessa atenção. Gostaria de contar... Deputado Fruet, V.Ex.^a já se disse positivo, agradeço! De contar com a colaboração nesse Projeto que estará entrando na Casa daqui uns dias para a criação, para a tentativa de apresentarmos ao Ex.^{mo} Governador essa causa dos animais. Dito isso, vivemos um drama muito grande, porque a pandemia nos levou a uma situação tão difícil de emprego, está tão defasado o bolso do trabalhador que hoje você não consegue mais ir ao mercado e achar a batatinha no preço de dois meses atrás, de 45 dias atrás. Lá em Foz do Iguaçu não sei, Fruet, você que come bastante ovo de manhã. Você me falou que come quase oito ovos de manhã

cedo. O preço do ovo está um absurdo; a batatinha está um absurdo; o arroz está um absurdo; o feijão está um absurdo; e o desemprego é muito grande. Então, as reivindicações são legítimas, as vontades das classes são legítimas. Só não pode é fazer politicagem e usar essa população de trabalhadores e aposentados, como *bucha de manobra* de campanha. Aí é errado. A reivindicação sempre apoiarei, mas não fazer manobra para soltar foguete e atrás ter uma politicagem velha, que não resolveu o passado. Se não resolveu o passado, como é que agora empurra e fala: *Vamos lá! Vamos lá! Vamos lá!...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Vou concluir, Excelentíssimo Sr. Presidente, nobre Traiano. Dizendo que nenhuma classe pode se deixar enganar e ser massa de manobra. A reivindicação é justa. A reivindicação é justa, é perfeita. Só não pode o *neguinho* se reunir, depois, sem ninguém saber e fazer acordo. Prestem atenção. Onde que está acontecendo isso? Em um País longe, longe daqui, bem aqui. Grato, Sr. Presidente. Vida longa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Jundiaí do Sul, Sr. Eclair Rauen; do Presidente da Câmara, Sr. Pedrinho; e dos Vereadores Vera, Djalma e Lorena, por solicitação do Deputado Romanelli. Sejam todos bem-vindos a Casa. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e demais mídias. Ontem, Sr. Presidente, estive nesta tribuna e posso dizer que estive aqui bem nervoso, alterado, porque antes de subir a esta tribuna, havia falado com o pai daquela criança Isabela, de oito anos, que faleceu quatro dias após tomar a vacina da Covid, a qual os pais não queriam vacinar. Porém, houve uma pressão da diretoria da escola, dizendo que se a criança não fosse vacinada os pais seriam denunciados no Conselho Tutelar e ela poderia perder os pais. Ela

ficou apavorada, chegou chorando em casa e pediu que permitissem a vacina e permitiram, no dia 4 de abril. No dia 8, ela veio a óbito. O que está ocorrendo aqui no Paraná é muito grave, é no Brasil inteiro, mas aqui defendemos o nosso Estado do Paraná. Após o meu vídeo de ontem, recebi vários relatos de pais, de problemas semelhantes que estão ocorrendo aqui no Paraná. Teve um rapaz de 15 anos, acho que de Ponta Grossa, 15 anos, que teve um enfarte, morreu. Teve outra criança de Londrina, de 10 anos, ficou com problema, teve um pequeno enfarte, está com pericardite, tratando, já fez o exame e foi relativo à vacina. Isso já está certo, esse tem exame. O da Isabela ainda não tem exame, porque acho que demora esse exame quatro meses, mas é muito próximo. Uma criança saudável, Deputado Gilson, tomar uma vacina no dia 4, uma criança de 8 anos, no dia 8 vir a óbito. Ora, é uma coisa tão lamentável. Aquelas Promotoras de Londrina, que citei aqui ontem, já fiz a representação junto ao Ministério Público. Alguma providência tem que ser tomada. Não há lei que obrigue ninguém a se vacinar da Covid. Não há! Promotores e ninguém têm autoridade para obrigar pais e mães a vacinarem os filhos contra a Covid. É inaceitável, essa luta não é de hoje. Estou há mais de um mês e meio brigando com isso. Vou pedir o apoio desta Casa, Presidente. Gostaria muito aqui de formar até uma Frente Parlamentar, para recebermos as denúncias do que está acontecendo e tomarmos as providências, porque não é o problema de vacina, não sou contra a vacina, não. A vacina teve um papel importante. Sou contra, não eu, por orientação de médicos que dizem que em crianças e jovens saudáveis, o risco da Covid atrapalhar a vida deles é quase zero. Não vale o risco da vacina. Não é possível que a nossa Secretaria da Saúde não investigue esses casos. Encaminhei hoje um ofício, ao Secretário da Educação, Renato Feder, pedindo a ele que faça um memorando às escolas, dizendo que elas não obriguem mais pais a vacinarem crianças. Que peguem essa determinação de Promotores, rasguem e joguem no lixo. Os professores não têm que acatar isso e nem diretor de escola, porque vejam o que acontece, como é grave. Alguém foi obrigado a se vacinar, Deputado Gilson, e a criança morre. Quem é o responsável? É o pai? Não. É quem obrigou a vacina. No caso de Londrina são os diretores do colégio, Chefe de Núcleo e os Promotores. Tenho

aqui um nome, não sei se está marcado, aqui da Chefe de Núcleo do colégio, acho que a Chefe de Núcleo é Jéssica, vou averiguar o nome dela. Jéssica? Então, Dona Jéssica, se a senhora está cumprindo uma ordem arbitrária do Ministério Público, está errada, está cometendo o mesmo erro, o grave erro, que nesse caso levou a vida de uma criança saudável. Então, vou continuar aqui. Recebi outra denúncia de Almirante Tamandaré. Piraquara, outra denúncia, amanhã vou lá a Piraquara pessoalmente tratar disso, até porque aprovamos uma lei, aqui, que desobriga o comprovante de vacinação, o passaporte sanitário, para qualquer pessoa no Estado do Paraná. Então, essas determinações arbitrárias de Promotores vão *cair por terra*, porque agora o nosso Governador, nesta semana ou no início da semana que vem, vai sancionar a lei. Virando lei, acabou com essa vergonha... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): E quem descumprir a lei, estaremos em cima acompanhando caso por caso. Vou deixar um telefone de um *WhatsApp* no vídeo, para que as pessoas entrem em contato, denunciem e não se sintam oprimidos por Promotores, nem por chefes de núcleos de escola, nem por diretores. Vocês têm uma lei que ampara a garantia de vocês escolherem se vão vacinar ou não os filhos, baseado em lei, não em gente louca que se acha médico. Agora, Promotor virou médico, quer obrigar a vacinar. Diretor de escola virou médico. Ora, gente, vamos ter paciência. Vamos ter bom senso. Vamos ter vergonha na cara e respeito com o cidadão, respeito com o povo paranaense. Vamos respeitar a lei, porque vamos *jogar pesado* em quem descumprir essa lei. Era isso que tinha para hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Recebemos agora, às 14 horas, uma carta denúncia dos povos e

comunidades tradicionais, núcleos de defesa dos direitos dos povos de comunidades tradicionais, Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Paranaguá. Vou ler essa carta, Sr. Presidente, porque ela tem para a Comissão de Direitos Humanos, ela é enviada à Comissão de Direitos Humanos e tem uma denúncia muito grave, Deputado Arilson. “A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, APF, com o apoio do Núcleo de Defesa dos Direitos dos Povos de Comunidades Tradicionais, Nupovos, órgão com função de pesquisa, ensino e extensão, vinculado ao Câmpus Paranaguá do Instituto Federal do Paraná, IFPR, vem por meio dessa carta denunciar tentativa de assassinato sofrido pela liderança faxinalense, Ednilson José Ferreira, 40 anos, ocorrido no dia 7 de abril no município de Pinhão Paraná. Tais ameaças não são novidade na região e têm ocorrido cada vez com mais frequência. No fim da tarde de 4 de abril, o faxinalense Ednilson, morador no Faxinal São Roquinho e liderança da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, sofreu, com a sua família, mãe, irmão, atentado contra a vida dentro de sua casa no Faxinal. A tentativa de homicídio ocorreu após manifestações de Ednilson contra o dono da pousada e um chacreiro que vem acolhendo pessoas, dentre essas policiais militares para a prática de caça de animais em áreas de uso comum, usadas pelos faxinalenses para criação animal. Por conta disso, muitos porcos dos faxinalenses foram caçados e roubados e as áreas comuns privatizadas. Ednilson ainda acrescentou que outros faxinalenses vêm sofrendo perda de criações e ameaças há muito tempo. Por volta das 17 horas, cinco policiais militares fardados entraram violentamente na casa das vítimas procurando armas, momento em que reviraram a casa e o paiol e nada encontraram, o que deu ensejo a instantes de terror com agressões contra Ednilson, 40 anos, seu irmão, 21 anos, e a mãe de 61 anos, que foram torturados com spray de pimenta nos olhos, socos, chutes, mata-leão e xingamentos, além de ameaças de serem mortos ali mesmo caso denunciassem o fato, e de terem as suas casas queimadas. Após mais de meia-hora de violência e tortura, Ednilson conseguiu escapar para chamar ajuda, momento em que foram disparados três tiros em sua direção, que passaram “de raspão”. Tais tentativas de homicídios e

ameaças de mortes estão se tornando cada vez mais frequentes nos faxinais da região de Guarapuava, sem que o Estado se empenhe em garantir a proteção das lideranças faxinalenses ameaças ou resolver os conflitos territoriais. No Faxinal São Roquinho, no entanto, acumulam-se queixas de pelo menos quatro episódios em que policiais fardados atuam como milícia, aterrorizando lideranças faxinalenses nos últimos cinco anos. Desde 2006, o caderno de conflitos do campo da CPT informa o número de faxinalenses assassinados e ameaçados de morte no Paraná, dentre esses Antônio Novakoski, Faxinal de Emboque em São Mateus, e mais de outras 20 ameaças de morte e assassinato. É certo que o reconhecimento a essas ameaças tem relação direta com o avanço das lutas dos faxinalenses na garantia dos seus direitos territoriais. Nesse sentido, esse caso, que agora denunciamos, traduz o *modus operandi* definido por policiais militares que agem com milícias armadas por proprietários de terras no Paraná, a mando de fazendeiros, chacreiros, contrários aos faxinais, que cotidianamente investem contra os direitos faxinalenses". Aí tem mais uma série de ponderações. E quero aqui, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, fazer, essa carta chega até nós agora, foi feita ontem, 11 de abril, mas chegou agora, a Coordenação da Associação do Faxinal São Roquinho, Saudade Santa Anita, Bom Retiro, Sete Salto de Baixo, do Emboque, Faxinal Água Amarela, Faxinal Mato Preto Paiol, Faxinal do Salso, Faxinal dos Krigues, Faxinal dos Betin, no Estado do Paraná. Estamos enviando, por meio da Comissão de Direitos Humanos esse pedido que foi feito pela Coordenação Nupovos à Corregedoria da Polícia Militar, ao Secretário da Segurança Pública, Secretário Marinho, ao Comandante do Batalhão de Guarapuava, também ao Comandante Hudson, que é do Comando da Polícia Militar do Paraná, para que apurem as veracidades dessa denúncia, e que no caso de obviamente de confirmação tomem as medidas possíveis, as medidas cabíveis. Aqui o que estamos mostrando, Sr. Presidente, que há, primeiro, apurar, estamos pedindo apuração dos indícios de crime, apuração de abuso de autoridade, apuração de crime de ameaça, apuração... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, V.Ex.^a passa a ocupar o horário da Liderança do PT.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, explicações pessoais, não é da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Um minuto para concluir, Sr. Presidente. Apuração de crime de ameaça, além do que obviamente estamos solicitando à Corregedoria, também ao Comando da Polícia Militar se os policiais militares que estiveram neste episódio, e que são listados os quatro oficiais militares, policiais militares, perdão, se tinham mandado de segurança para entrar na casa, se tinham alguma denúncia feita formal sobre algum tipo de irregularidade, se fizeram isso outras vezes, por que estarem fardados em um domingo à tarde, por que utilizaram esse método, se estavam a serviço, e tudo isso, Sr. Presidente, espero, e vamos fazer uma reunião extraordinária amanhã da Comissão de Direitos Humanos, como falei, estamos enviando ao Secretário da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar, ao Comando de Guarapuava, porque não é possível que pessoas pagas pelo cidadão resolvam fazer o papel de milícia privada. E se isso de fato se confirmar, não há outra forma de tratar essas pessoas que não como milícia privada, eles não respeitam a Polícia Militar do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, nossos ilustres visitantes, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento nossa população que acompanha esta Sessão. Quero aqui mais uma vez cobrar do Governo do Estado para que faça com que os servidores das escolas sejam contratados diretamente pelo Estado, que suprima a contratação feita via empresas terceirizadas. Hoje mesmo recebi uma reclamação de

funcionários de escolas que não receberam o salário do mês passado, hoje já é 12 de abril. Isso se repete várias vezes, não é a primeira vez, salários atrasados, falta de funcionários. Fica mais caro para o Estado terceirizar a contratação dos funcionários do que fazer o contrato direto com o próprio Estado, é ruim para as escolas, para os estudantes, para os funcionários. Então, mais uma vez aqui estamos cobrando, já fizemos requerimento dirigido ao Governador, já levamos esse debate ao Ministério Público, estamos discutindo judicialmente que o Governo não espere a Justiça determinar a suspensão desses contratos, porque ficou mais caro para o Estado e o serviço ficou a desejar nas nossas escolas. Então, mais uma vez aqui a nossa reclamação. Quero aqui também, Sr. Presidente, nesse tempo que me resta, falar da preocupação mais uma vez com os policiais militares, policiais civis, que estão mobilizados em movimento para alterar aquilo que foi aprovado aqui nesta Casa, que trouxe prejuízo tanto para os militares quanto para os policiais civis. E aqui também quero fazer uma solicitação ao Governador, para que determine a suspensão do inquérito policial militar que foi aberto contra o Soldado Luz, uma das lideranças que agiu dentro dos marcos da legislação, assim como outras lideranças, para cobrar Justiça aos militares, especialmente aos Praças. Então, ele foi chamado e o inquérito policial militar foi aberto com o objetivo de apurar, de modo sumário, fatos que podem incriminá-lo, para daí na sequência oferecer, via Ministério Público Militar, uma ação, podendo criminalizá-lo. Entendo que isso não deva ir adiante, por isso quero também aqui me dirigir ao Secretário da Segurança Pública e ao Comandante-Geral e ao Governador do Estado, que não haja dessa forma com os nossos policiais, em especial com o Soldado Luz, que vários Deputados aqui conhecem, sabem do trabalho sério que o Soldado Luz tem feito na Polícia Militar do Estado do Paraná, que este inquérito possa ser arquivado e que não se pratique nenhuma ação que dê prejuízo à carreira desse Soldado, que é um combatente na defesa do interesse público e na defesa da população do Estado do Paraná. Quero aqui também falar dos processos que estão fazendo contra professores, funcionários de escolas, e vários pedindo a exoneração, a demissão desses professores, o que é um absurdo. Nunca foi assim na história do Paraná, na Secretaria de Estado da

Educação. Agora, estão abrindo muitos processos administrativos, e mesmo o Conselho de Magistério tendo posição contrária à demissão de professores, pois ele têm sido encaminhados para a demissão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Então, quero aqui também, mais uma vez, registrar isso. E, mais uma vez, solicitar que não faça isso. Deputado Tadeu Veneri, temos, no caso aqui, dois professores que estão com problema psiquiátrico, um deles, inclusive, internado para tratamento psiquiátrico. E não é que o processo administrativo chegou à conclusão de que tinha que demitir o professor? Está internado. É preciso tratamento e não demissão. E tem outro caso que precisa de aposentadoria inclusive, não tem condições de seguir trabalhando, mas estão propondo processo administrativo para demitir esses professores. Está errado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, seu tempo encerrou. Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero aqui mais uma vez me dirigir ao Governador para que determine a suspensão dessas demissões injustas no magistério.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel Micheletto, consulto-lhe, o Deputado Soldado Fruet mudou de posição? Está na Base de apoio? Aquela tribuna?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS) Não tem lugar para independente aqui, vou usar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência está a vontade.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet; e Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Obrigado. Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e amigos que nos acompanham pelos diversos canais aí da Assembleia. Primeiramente, Sr. Presidente, quero até me desculpar com Vossa Excelência. Ontem, durante o meu discurso, fui interrompido por V.Ex.^a e respondi quem quer respeito deve se dar o respeito. Evidentemente que, naquele momento, falava do Governador. Dizia que não se pode respeitá-lo porque ele não respeita as polícias. Mas, pela sequência da fala e, principalmente, por quem assistiu ao vídeo, sempre tem um tal de *delay*, apareceu que pedia respeito por parte de V.Ex.^a, o que nunca foi preciso. Eis que temos um convívio extremamente harmonioso, como foi presenciado aqui neste momento, e amigável, assim como o senhor tem com todos os demais Parlamentares. Acho que tem que ficar registrada essa situação. Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz aqui hoje é muito sério e queria a atenção dos Deputados. Um dos papéis de um Parlamentar é fiscalizar. Fiscalizar o Executivo, fiscalizar o dinheiro público. Queria que vocês prestassem atenção nessa foto aqui que eu trouxe. Não sei se dá para pegar aí. Senhor Presidente, esta aqui é uma foto de uma casa relativamente modesta, localizada da Rua Simão Bolívar, 526, bem aqui pertinho no bairro Juvevê. Esta casa nos parece residencial, pois não tem nem sequer uma placa de identificação comercial, aliás, pela foto está um tanto que abandonada. Esta casa, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, é a sede de um escritório de advocacia chamado Cubas e Pelegrini Advogados Associados, que foi contratado pela Ferroeste algumas vezes na gestão do desgovernador Ratinho Junior. A primeira vez foi contratado sem licitação, para emitir um parecer sobre uma doação de uma área pela Cooperativa Entre Rios. Por esse parecer, receberia R\$ 180 mil e mais 10% sobre o proveito econômico da Ferroeste. Mas que proveito? A vontade da Ferroeste é a própria área doada. Então, podemos entender que a Ferroeste ainda pagou ao escritório 10% sobre o valor da área. Olha, que negócio para esse escritório e que péssimo negócio para Ferroeste e para o povo paranaense. Mas não parou por aí. Em outubro, aliás, em outro contrato, a Ferroeste também, sem licitação, contratou o

mesmo escritório, mas, dessa vez, pelo mesmo valor de R\$ 10 milhões e 500 mil. Sim, R\$ 10 milhões e 500 mil. Dez milhões e quinhentos mil reais para um escritório supostamente sediado em uma casa, onde os meus assessores passaram diversas vezes ao longo de todo mês de março e abril e em nenhum momento viram qualquer movimentação nesta casa. Dez milhões e quinhentos mil reais em um único contrato a ser pago a um escritório, cuja sede, é uma casa sem identificação, cujos sócios não são doutores nas respectivas áreas do contrato, não possuindo nenhuma qualificação extraordinária que justifique a inexigibilidade. Dez milhões e quinhentos mil reais pagos a um escritório cujo capital social é de apenas um mil reais. Agora vamos detalhar um pouco mais sobre esse contrato. O escritório foi contratado por uma ação rescisória, cuja sentença foi desfavorável à Ferroeste em cerca de R\$ 40 milhões. A empresa contratou esse escritório para, em caso de procedência parcial ou total, pagar-lhe, além dos 500 mil pelo ingresso à ação, mais 10% sobre o valor da causa, sendo-lhe garantido, em contrato, como o valor mínimo da causa R\$ 100 milhões. Ora, mas o que levou a Ferroeste a garantir, como valor mínimo, à ação, um valor mais que o dobro do sentenciado? Outra coisa, se a condenação baixar apenas um real, já temos procedência parcial e a Ferroeste pagará 10 milhões de êxito a esse escritório. Fico imaginando que após o primeiro contrato que relatei aqui, que foi bastante lucrativo, pelo menos, os sócios desse escritório poderiam, ao menos, facilitar a nossa vida, comprando uma placa de identificação para esta casa abandonada. Existem dezenas de julgados no TCE sobre situações assim. Não é permitido fixar valores mínimos de eventual condenação para cálculos de êxito. Poderiam, sim, fixar o máximo, mas nunca o mínimo. Seria o mesmo que comprar um produto de quem oferece menor desconto e não o maior. Que tipo de negócio esse desgoverno está fazendo? Quem está lucrando com tudo isso? Com toda certeza não é o nosso povo paranaense. Agora, pasmem, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, no Conselho da Ferroeste está o nosso ilustre Controlador do Estado do Paraná, o Sr. Raul Siqueira. A ele caberia gerir o tal alardeado *compliance* do Estado. Aliás, ele ganha R\$ 23 mil e pouco por mês para gerir o *compliance* do Estado, mas pelo que vemos o Controlador-Geral deve estar aí controlando outras coisas. O desgovernador

Ratinho Junior, para justificar o *compliance*, alegou ser necessário melhorar a estrutura da Controladoria-Geral do Estado, que até concordo. E para lá foram destinado dezenas de milhões de reais. Senhor Raul, o senhor poderia dar algumas lições sobre modalidades de licitação à diretoria da Ferroeste, ensinar-lhe que inexigibilidade é aceitável em pouquíssimos casos na administração pública. Inexigibilidade não é para contratar advogados que melhor lhe convém e, sim, os mais especializados para determinados casos, o que, com o devido trocadilho, não é o caso. Ainda, Sr. Raul, diante de tantas irregularidades que surgem a cada dia e nos mais diversos órgãos do Estado, o senhor poderia demonstrar claramente aos Parlamentares o trabalho da Controladoria e onde foram gastos os milhões investidos na estrutura do órgão. Se como Conselheiro o senhor não se atenta a um contrato absurdo como esse, passo a me perguntar e questionar se tem competência para permanecer à frente de um órgão tão importante, que é a Controladoria-Geral do Estado. Mas, sigamos em frente. Outro fato interessante é que a sócia do escritório beneficiado com esse contrato multimilionário é a sócia também de um conhecido bar aqui em Curitiba, nada de irregular, nem de ilegal ela ser sócia de um bar, mas ficou uma pergunta: será que esse contrato milionário não nasceu na mesa desse bar, que é frequentado por membros do alto escalão do Governo? Não obstante esses contratos milionários em favor de um único escritório, existem outros contratos da Ferroeste com outros escritórios e todos eles pela inexigibilidade de licitação. Citarei apenas alguns: Chiesorin Sociedade Individual de Advocacia, contratado para defesa dos interesses da Ferroeste junto ao TCE. Na verdade, contratado para gerir interesse dos administradores da Ferroeste, o que não poderia ser pago com recurso da empresa. Mas daí entram os demais interesses que serão trazidos a essa tribuna, em breve. E não pensem que não estamos atentos para os nomes e sobrenomes envolvidos, mas isso será assunto ao Ministério Público e em outro momento. Ainda tivemos outros contratos com Cubas & Pelegrini, além dos dois já citados, esse terceiro em um valor de R\$ 340.500,00 para a emissão de um parecer. A Advocacia Meneghetti, Maranhão, Maciel & Trigo, contrato no valor de R\$ 300.000,00, além de 10% sobre a vantagem auferida. Ainda estamos analisando

esse contrato para verificar se, assim como de Cubas & Pelegrini, foram garantidos honorários mínimos muito superiores aos sentenciados. Cansado Filho Advogados, recebeu da Ferroeste, sem licitação, R\$ 120.000,00 para emitir um parecer sobre um protocolo de intenções da Ferroeste, com a Cotriguaçu. Imaginem, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, se cada protocolo de intenções custar isso para a Ferroeste? Cella & Doneda Advogados Associados, empresa aberta em 7 de dezembro de 2020, foi contratada em maio de 2021, cinco meses após a sua constituição, pelo valor de R\$ 202.500,00. Agora peço a atenção dos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, público que nos assiste, novamente. Essa Cella & Doneda Advogados Associados, empresa que com apenas cinco meses ganhou de presente um contrato de mais de R\$ 200.000,00 da Ferroeste, também, também tem como sede, registrada na Receita Federal, Rua Simão Bolívar, 526, a mesma casa que acabei de mostrar na fotografia, que é o mesmo endereço de Cubas & Pelegrini! Apenas para citar: nesse mesmo endereço também está localizada uma empresa de importação e exportação, e, o pior, a mesma Cella & Doneda que na Receita Federal tem registrado o endereço Simão Bolívar, na OAB, tem registrado outro endereço, qual seja: Travessa Amando Man, n.^º 256, que, por coincidência, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, coincidência que acredito não existe aqui dentro, olhem só que coincidência, é a mesma sede do escritório do Cansado Filho! Não precisa mais nada para mostrar esse conluio instalado na Ferroeste para sangrar os cofres públicos em favor de advogados que formaram uma teia, ligando-se uns aos outros, sem o menor pudor, sem nem tentar disfarçar! Opa, opa, tem mais, não paramos ainda não! Uma coincidência com tantas outras envolvendo negócios estranhos desse Governo. Do jeito que os endereços se avizinharam ao Palácio do Iguaçu, passaremos pela famosa Casa do Bacacheri e terminaremos lá na Gaeco, com toda certeza. Senhoras e senhores aqui presentes, a Ferroeste possui uma estrutura de advogados própria, o que por si só já torna injustificável a contratação de tantos escritórios e todos sem licitação. Se formos comparar a título de demonstração a discrepância entre os valores, a auditoria contratada pela Ferroeste para validar suas informações financeiras recebeu apenas R\$ 16.550,00. Ah, e a auditoria foi contratada com licitação. Apresentaremos uma

denúncia ao Tribunal de Contas do Estado pedindo que aquele tribunal analise, com cautela, essas contratações da Ferroeste. Estou pedindo a suspensão do Conselheiro Superintendente de Inspetoria, a quem cabe fiscalizar a Ferroeste, pois, perdoem minha franqueza, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, com todo o respeito, não consigo enxergar uma isenção em uma decisão contra o Estado se o Conselheiro, cuja esposa ocupa um cargo junto ao Governo do Estado, com salário de mais de R\$ 17.000,00. Aliás, o Deputado Homero estava aqui presente, a V.Ex.^a que sempre defendeu mudanças nos critérios de escolha do conselheiro do TCE, tem o meu apoio nisso. Vou apresentar um PL aqui, nesta Casa, que proíba conselheiros a terem cônjuges e parentes até terceiro grau nomeados a órgãos públicos cuja fiscalização lhes cabe. Ao Líder Marcel solicito a aprovação de requerimentos que apresentei hoje: pedido de informação à Seil e à Ferroeste. Peço, ainda, a gentileza de aprovarmos como pedido de informação e não como envio de expediente, Líder, prática usual do antigo Líder, mas, por envio de expediente, enviados, nunca voltaram as respostas. Então, se o Governo não tem nada que esconder, creio que não teremos problema de aprovar esse requerimento. Ontem à noite li que o Governador estaria em Brasília, na data de hoje, tratando sobre a nova Ferroeste. Olha que coincidência! Aliás, coincidência não, né. Não foi coincidência, foi uma bondade de Deus porque esse discurso, aqui, essa situação iria trazer ontem, em Plenário, mas por falta de horário do Grande Expediente ficou para hoje. Deus agiu para que os paranaenses, ao mesmo tempo aí que veem as propagandas enganosas desse Governador Ratinho Junior que aí está, sobre a Ferroeste, toma conhecimento de mais alguns negócios mal contados envolvendo milhões de reais da Ferroeste. A Ferroeste, talvez por ser pequena, não teve até hoje a atenção fiscalizatória que merece, mas farei isso, farei essa fiscalização porque, nesse Governo, o dinheiro público, vindo do suor de cada paranaense, está escoando pelos ralos e, desculpa o trocadilho, pelos trilhos. Quero, Sr. Presidente, no momento que me resta, agradecer imensamente à minha equipe jurídica e técnica que se debruçou sobre isso e fiscalizou e investigou, porque não dizer sobre essas situações aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, na verdade vou deixar para a Sessão de amanhã ou de segunda-feira para poder falar o que havia me inscrito, mas penso assim, que o Deputado Fruet fez uma leitura de um discurso agora e fazendo uma grave acusação, por outro lado penso assim, Deputado Fruet, não me parece, pela minha experiência política que já é antiga, que os fatos que V.Ex.^a diz desta tribuna sejam encadeados da forma com que V.Ex.^a relatou. O Governo tem todo um sistema de controle e, efetivamente, sem abusar dos seus trocadilhos aqui, o fato concreto é o seguinte: temos que reconhecer que esse Governo tem tido como característica uma gestão austera e boa aplicação do dinheiro público. A mim me parece o seguinte: se tem algum fato que merece ser apurado, o Líder do Governo saberá aqui dar as respostas, porque é função da Liderança do Governo sempre responder a qualquer tipo de acusação. O Governo tem que ter transparência no que faz, fazer boa gestão do dinheiro público e a mim me parece que o Governador do Estado, o Ratinho Junior, malgrado pontuais divergências que tenho em algumas questões, como regra, faz boa gestão, aplica bem o dinheiro público e no seu Governo não tem nenhum ato que seja lesivo ao patrimônio público ou a interesse público. Pode ser que as decisões que ele toma não contente a todos, mas isso faz parte da vida de todos nós. Acho que V.Ex.^a, na verdade, faz falas que a mim me parece assim: um discurso preparado por alguém que provavelmente deve ter algum interesse contrariado, pela minha experiência.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Mas por que pela ordem?*
Estou só respondendo, desculpa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Um minutinho só.
Deputado, V.Ex.^a pode pedir um aparte...

Deputado Soldado Fruet (Pros): Ah, desculpa, um aparte então. O senhor está usando o horário...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estou usando o horário...

Deputado Soldado Fruet (Pros): É que o senhor falou que não ia usar... tudo bem, desculpa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É, mas estou usando. Como estou inscrito estou usando porque não vou falar do tema que havia me proposto falar. Mas entendo assim: o Paraná tem enormes desafios logísticos. Um dos desafios logísticos que temos é a questão das ferrovias. O Governo do Estado já há anos, não é esse Governo, vários governos vêm trabalhando para ter uma solução em relação à Ferroeste. A Ferroeste integrando o Paraná com o Mato Grosso do Sul. Acho que não dá para poder diminuir um esforço enorme que o Governo faz em termos de infraestrutura, que é fundamental ao sistema de termos uma nova ferrovia, justamente ligando o Oeste do Paraná ao Mato Grosso do Sul a Paranaguá. Penso assim: esses estudos são estudos feitos por especialistas. Agora, se tem alguma irregularidade pontual que feriu interesse de alguém, entendo que deve ser apurado. Temos os órgãos de controle, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Casa também pode, o senhor pode fazer um pedido de informação, o Líder do Governo vai encaminhar a resposta. Agora, desculpa, não dá para diminuirmos. Nós, paranaenses, precisamos parar de ser autofágicos, de poder de fato desfazer um projeto que é fundamental. Temos é que construir, sim, a nova Ferroeste, a nova ferrovia. É fundamental. Não dá para poder reduzir isso ao problema que um escritório de advocacia alugou uma casa não sei onde e que daí não tem a placa de advogado na frente da casa. Desculpa, acho que não podemos reduzir o debate parlamentar a esse tipo de debate. Acho que tem que ser discutido aqui, sim, qual que é a modelagem para ter a nova ferrovia. Acho que essa é, na minha percepção, um debate que a Casa deve fazer. Concedo-lhe o aparte, Deputado Fruet, por favor.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Com todo o respeito, Deputado Romanelli, que tenho pelo senhor, o senhor está diminuindo o meu trabalho com esse discurso. Não estou questionando da Ferroeste, que vai para onde ou deixa de ir para onde, estou apenas fazendo o meu trabalho fiscalizatório. Chamaram a atenção, sim, escritórios com contratos por inexigibilidade, sem licitação, com a Ferroeste, e isso questionei aqui. Acho que o papel do Parlamentar que muitos têm esquecido é fiscalizar este Governo, qualquer Governo que seja. É o meu papel. Com todo o respeito, que lhe respeito, que o senhor sabe disso, tenho o maior... Não estou questionando o trabalho da Ferroeste, que o Governo está fazendo com a Ferroeste, apenas esses assuntos pontuais que, no meu ver, tem algo de errado. E vou fazer o meu papel, que é fiscalizar e denunciar, sim, senhor, e o Deputado tem que usar a tribuna para mostrar essas situações aí. Não estou menosprezando o trabalho da Ferroeste.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O que esperamos de qualquer Parlamentar é justamente uma postura proativa. Agora, V.Ex.^a usou adjetivos aqui em relação ao Governador que, diga-se de passagem, aqui, esta Casa aqui mesmo, em outros momentos, temos visto isso, tem que parar de adjetivar as autoridades ou ex-autoridades ou seja quem for. A minha opinião, honestamente, é que o debate tem que ser tratado sobre os temas que são relevantes. Então, entendo assim. Se V.Ex.^a, claro, está mal-humorado com o Governador, entendo que está mal-humorado, sua postura. Desculpe, o senhor fez uma escolha, uma opção, até por uma série de circunstâncias políticas, de ser um Parlamentar da Oposição...

Deputado Soldado Fruet (PROS): E não me arrependo, senhor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Então, ótimo! Mas acho ótimo isso. Admiro-o, gosto do seu trabalho, acho que o senhor é uma pessoa correta. Aliás, temos uma ótima relação pessoal, e sou a última pessoa aqui de dizer em relação ou fazer qualquer reparo em relação a sua atuação pessoal e Parlamentar. O que estou colocando aqui é que a nossa Casa, a Assembleia

Legislativa do Paraná, ao debater as políticas públicas e os grandes temas, não podemos reduzir esse debate. O povo espera de nós muito mais do que isso. O tema da Ferroeste tem que ser tratado pela importância da grandeza que tem: um sistema de ferrovia que reduza o custo do produtor rural, que esse é o grande desafio que temos, e, ao mesmo tempo, dê soluções. Essa é a questão. Agora, reduzirmos isso ao problema que alguém lá fez um contrato de inexigibilidade disso ou daquilo, ah, desculpe, o patrimônio público, do Ministério Público, o Tribunal de Contas, eles apuram isso. Faça uma representação ao Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas vai apurar tudo isso.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Mas farei isso, senhor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Entendo isso, que aqui não podemos reduzir o debate. Essa é a minha opinião, pode não ser a sua. Estou dando a minha opinião e estou falando com a Casa, na verdade.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não, o senhor... o senhor...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem. Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O Deputado Romanelli deixou claro, agora, que ele está dando a sua opinião e não fala pela Assembleia. Entendo que o lugar do 1.º Secretário falar da sua opinião e não pela Casa é da tribuna. Está no Regimento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Data vénia isso não está no Regimento. Vossa Excelência, o seguinte: o Regimento me permite falar do cargo que ocupo aqui na Casa...

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião, vamos deixar o orador...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O horário é meu para falar. Estou inscrito no horário. Não existe horário do 1.º Secretário, existe o horário do Grande Expediente e estou usando o horário do Grande Expediente. Tenho o direito de usar. Não é V.Ex.^a, Deputado Maurício, que vai querer ensinar para mim como trabalha o nosso Regimento. O problema seu...

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião, não é permitido fazer discussão paralela.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É, aliás, as suas malcriações aqui podem assustar outro, a mim não me assusta não.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O senhor use a tribuna para fazer discurso!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado... Deputado...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Gostaria que a Casa, por favor, cortasse o som do orador.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputado Tercílio, algum Deputado aqui pode fazer o seu discurso sentado à Mesa?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Algum Deputado da Casa pode fazer o seu discurso sentado à Mesa?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Está tentando ganhar no grito aqui agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião, por favor, vamos deixar o Deputado. Permitimos que o Deputado Romanelli falasse daqui.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O Deputado Fruet pode fazer o discurso sentado à Mesa? Posso fazer o meu discurso sentado à Mesa? O Deputado Arilson pode fazer? O Deputado Marcel Micheletto pode fazer?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, por favor. Deputado... Não vamos polemizar.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O Deputado, na verdade, tem que entender o seguinte. Data vénia o seguinte: o senhor leia o Regimento. E malcriação comigo o senhor não venha fazer. O senhor me respeite aqui. Aqui falo aquilo que entendo que é correto dentro do que prevê o Regimento. Vossa Excelência o seguinte: vá dar lição para outra pessoa, não para mim. O senhor me respeite aqui. Se o senhor está achando que aqui o senhor sobe na tribuna, grita, assusta aqui, não sou filho de pai assustado. Pode ficar tranquilo disso. Conheço-o desde criança e devia me respeitar por isso, inclusive. Acho que é uma falta de respeito seu comigo, inclusive. Espero, inclusive, que faça um exame de consciência do que está fazendo. O que quero concluir, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, é que os temas na verdade nesta Casa, o debate nesta Casa aqui, ele não pode ser rebaixado. O debate é um debate importante sobre temas relevantes. É essa discussão que temos que travar aqui. Então, Deputado Fruet, acho que os temas que o senhor trata sempre trata com propriedade, o senhor tem uma posição política, respeito isso, porém, na verdade, não podemos aqui... tem que se reduzir ao nível do reducionismo de temas que são importantes e relevantes. O senhor quer falar mais alguma coisa? Dou-lhe o aparte.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Só não estou conseguindo entender onde rebaixei o discurso...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Foram nos adjetivos que o senhor fez. Só isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, som para...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Mas, mas, com todo o respeito, Deputado Romanelli, qual adjetivo usei neste discurso de hoje?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Depois o senhor vê o seu discurso na internet e o senhor vai ver... Se for o caso até gravo...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Respeito-o, Deputado, mas também peço o mesmo respeito. Quando o senhor coloca no começo da sua fala... O senhor questionou o meu trabalho e da minha equipe técnica.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não, disse...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Acho que mais em um momento, em vários momentos, provei aqui alguns debates, algumas falas minhas em Plenário, algumas denúncias que hoje estamos sabendo aí. Então, assim, estou fazendo uma denúncia...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Claro. E...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Achei suspeitos contratos com esses advogados aí sem licitação, e questionando que no mesmo local tem três escritórios. Então, se isso aí não é suspeito, não sei o que é, com todo o respeito.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Perfeito. Claro e aí obviamente... e obviamente...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Então, acho que não estou rebaixando. Não estou rebaixando o debate, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Não dá para usar o...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só para concluir o seguinte. Gostaria também da observância pela Casa do Regimento. O Parlamentar que está fazendo uso do horário ele pode conceder um aparte, apenas um para cada Parlamentar, quando quiser, e não há debate paralelo entre os aparteantes concretamente, desculpa, e nem *pela ordem* atravessando o que o orador está falando. Desculpa, mas...

Deputado Goura (PDT): Deputado...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não, não concedo.

Deputado Goura (PDT): Gostaria de um aparte.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não quero conceder o aparte. Desculpa, Deputado Goura, não quero ser indelicado com V.Ex.^a, mas não quero conceder o aparte, só quero dizer concretamente o seguinte: o Regimento tem que ser observado. O Parlamentar está fazendo uso da palavra, ele tem o direito de usar a palavra dele. Se ele feriu o Regimento, peça uma questão de ordem e aponta qual que é o artigo do Regimento que está sendo ferido. A Mesa tem que agir dessa forma. Desculpa, não quero ensinar ninguém a trabalhar, mas é assim que funciona. E quanto ao Deputado Fruet, tenho respeito por V.Ex.^a, mas entendo que não dá para reduzir o debate da importância da construção de uma ferrovia no Paraná a esse debate. Desculpe, é minha opinião. Ia falar outra coisa no Grande Expediente, o senhor acabou chamando a minha atenção, mas, enfim, agradeço a todos pela atenção aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados...

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Só um minutinho, Deputado Tião Medeiros. O Deputado Romanelli se inscreveu e a Mesa autorizou o Deputado a falar daqui. Segundo a informação que temos da assessoria, estamos checando, vamos checar... Estamos checando, mas ele tem autorização,

como outros Deputados poderão ter autorização para falar sentados aqui da tribuna, só pedir para a Casa, mas vamos checar o Regimento se fala alguma coisa com relação a isso. Deputado Tião Medeiros, *pela ordem*.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Só uma questão de ordem, enquanto os ânimos se acalmam na Casa. Presidente, quero corrigir uma injustiça que por mim foi praticada, no dia de ontem, quando agradeci aos Deputados do Partido ao qual me filiei, o Progressistas, pela Liderança que acabei sendo conduzido, acabei omitindo e me esquecendo de agradecer ao nosso querido Adriano José. E queria fazer esse registro público para que ele não ficasse chateado comigo. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): De forma muito breve, só queria reforçar a importância, acho que o Deputado Fruet trouxe aqui o debate da Ferroeste, o Deputado Romanelli trouxe as suas considerações, já falei aqui sobre as questões ambientais na Serra do Mar. Então, Deputado Romanelli, vamos fazer uma audiência sobre a Ferroeste, vamos debater amplamente o tema, acho que todos os Parlamentares têm esse papel, e assim conduziremos esta questão que é importante. O modal ferroviário precisa, sim, ser fortalecido, mas precisamos obviamente de fiscalização, transparência e o máximo de interesse público, que sei que é o que o senhor também procura.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, só pedir *pela ordem* aqui. Até dizendo que o tema é relevante e importante, concordo plenamente. Aliás, estou encaminhando a V.Ex.^a hoje uma representação sobre aquele tema que falei do envio de R\$ 70 milhões para aquela ONG do Rio de Janeiro, daquela conta dos 200 milhões da Olapa. Estou representando hoje à Comissão de Meio Ambiente para fortalecer justamente o trabalho fiscalizatório da Assembleia Legislativa do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do PL, Delegado Jacovós.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Delegado Jacovós (PL); Tadeu Veneri (Bloco PT/PDT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente e demais pares, quero nesta oportunidade chamar a atenção – ontem não me manifestei – em relação a fatos lamentáveis ocorridos nas proximidades do Detran aqui do Paraná. Lamentável porque em hipótese alguma poderíamos achar que chegaria a este ponto, de duas polícias que são coirmãs estarem ali praticamente se enfrentando em razão de um ato que a princípio é um direito das associações, dos sindicatos fazerem as suas livres manifestações, é um direito constitucional, desde que não haja o uso de violência, desde que não haja o uso de violência, não há obviamente nenhum impedimento legal para que as associações e sindicatos façam as suas manifestações. Então, o que ocorreu ontem ali, há duas versões, as versões obviamente se distanciam, mas o fato é que precisamos evitar esse tipo de enfrentamento aqui no Paraná porque são coirmãs. Acredito que a Casa Militar tomará as devidas medidas no sentido de orientar seus comandados no que é de direito, o que é legal, o que não é legal. Obviamente que entendo que um militar não pode se dirigir a um veículo de som e desligar o som daquele veículo; ele pode até, se aquele veículo estiver em atitude ilegal ou colocando em risco o trânsito, ele pode apreender o veículo, agora desligar o som de um veículo de som, de um sindicato ou de uma associação, obviamente que isso iria gerar um tumulto. Mas o que quero destacar aqui é que o nosso Líder, o Líder do Governo atual, o Deputado Marcel Micheletto, que também é do meu Partido, ele assumiu a Liderança aqui no mês de abril, uma pessoa muito ponderada, muito tranquila, que poderia facilmente ser um Pastor ou um Padre, muito inteligente, desde cedo acompanhando seu querido pai lá em Brasília, grande Deputado Micheletto, grande Deputado do agro, e o Marcel hoje de manhã, visualizando que essas situações não podem permanecer, convidou o Deputado Fernando, convidou o

Deputado Adriano para que pudéssemos conversar, inclusive na Casa Civil, e abrir um novo campo de negociação tanto com a Polícia Civil como com a Polícia Militar e dialogar, sim, com o sindicato, com associações. E o Deputado Marcel, que assume aqui neste mês de abril a Liderança do Governo, não poderia deixar de dizer, Marcel, que esses fatos que ocorreram na frente do Detran poderiam não ter ocorrido. É que esta Casa de Leis, Deputado Marcel, nunca foi chamada para auxiliar nas negociações, tanto com relação à Polícia Civil como com relação à Polícia Militar. Infelizmente temos na Polícia Civil um Diretor-Geral, um Delegado-Geral que não tem muito afeto pelo parlamento, ele acha que ele e mais uma meia dúzia podem resolver tudo. E não resolvem! Nem na Polícia Civil o Diretor-Geral vai resolver e nem na Polícia Militar o Comandante-Geral vai resolver. E o senhor tem essa visão.

Deputado Soldado Adriano José (PP): O senhor me permite um aparte depois?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Com certeza, Deputado. Deixe-me só dar mais uma encaminhada aqui. Então, assim, fico muito contente em saber que temos um Líder com a sua inteligência, o seu conhecimento e você quer novamente abrir o diálogo com as duas instituições. E pelo o que levamos lá hoje, eu, o Delegado Fernando e o Soldado Adriano levamos, você pôde perceber que as coisas estão bem tranquilas para serem resolvidas, mas é lógico que tem que passar pelo parlamento, tem que se levar soluções para o Governo e dizer... Como é que foi resolvida, por exemplo, a questão da Polícia Penal? A Polícia Penal, com um bom estrategista, com um economista, levou ao Governo e disse: *Olha, para implantarmos o plano de cargos e salários, temos que fazer isto, podemos tirar daqui e colocar aqui.* Na Polícia Civil não se faz isso! Na Polícia Militar, desculpem-me. Então, assim, lógico que a Fazenda, a Secretaria da Fazenda do Estado não vai autorizar loucuras, agora se chegar lá e falar: *Olha, é possível remanejar o orçamento desta forma e fazer assim.* Não vejo problemas! Como o Líder do Governo disse: *Olha, o caminho é por aqui.* Então, fico muito grato, Deputado Marcel, pelo Governo ter aberto novamente este campo de negociação, vai chamar, sim, novamente o sindicato, as associações, tanto da

Polícia Civil e Militar, e esperamos, a partir de agora, com a participação do parlamento, que possamos encaminhar estas questões salariais não só da Polícia Civil, da Polícia Militar, como de todo o funcionalismo na sequência. Concedido um aparte ao Deputado Adriano.

Deputado Soldado Adriano José (PP): Obrigado, Deputado Delegado Jacovós. Quero apenas só contribuir, dizer que o verdadeiro Líder arrasta pelo exemplo e o nosso Líder Deputado Marcel Micheletto teve uma ação extraordinária, convidou-nos, nós que somos ligados à área da segurança pública, justamente para entender em todo esse contexto de que forma o parlamento pode ajudar, contribuir com as ideias. Dizer que desde o início do nosso mandato, Soldado Adriano José, Delegado Jacovós, Delegado Fernando, até mesmo o Cel. Lee e o finado Delegado Recalcatti, sempre tivemos tratativas e pautas na Casa Civil, bem como no Governo, para que pudéssemos avançar nas demandas tanto da Polícia Militar bem como da Polícia Civil, mas há tempo ainda para que possamos avançar nessas demandas e em especial fico muito feliz com essa ação do nosso Líder, bem como do nosso Chefe da Casa Civil, o Ortega, o Dr. Luciano e toda a equipe, que estão comprometidos para que possamos avançar. Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Exatamente. E nos próximos dias, conforme nos garantiu o Diretor-Geral da Casa Civil, o Líder Marcel Micheletto, o Governo estará convidando novamente as entidades e associações para iniciar essas tratativas e com a participação do parlamento. Acredito que podemos chegar a um bom termo. E, como disse o Líder Marcel, a conversa com ele é diferente. Diferente no seguinte sentido, ele não vai obviamente participar de nenhuma mesa de negociação onde não haja possibilidade de você atingir alguns objetivos, porque também vai dizer aqui daqui a pouco alguém da Oposição que o Governo vai novamente querer enrolar e tenho certeza de que o Líder Marcel não vai participar de nada que não for sério e com objetivos. E dissemos a ele também, como Deputados ligados à segurança pública, que não vamos aceitar participar de nada que não for com objetivos claros. E esperamos nos próximos dias, Líder Marcel, que novamente esse diálogo ocorra com a nossa participação,

com a associação, com os sindicatos e que possamos chegar a um bom termo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Só faço duas considerações antes, Sr. Presidente. Acredito que é necessário até porque temos acompanhado os debates que são feitos aqui. Concordo com o que o Deputado Romanelli coloca, que o Projeto da Ferroeste, um projeto de R\$ 35 bilhões de iniciativa privada, mas é preciso também que façamos as investigações necessárias durante esse processo, Deputado Romanelli. Não é porque são 10 milhões, 15 milhões ou 20 milhões, é porque há uma suspeita de fraude. Se a fraude é de R\$ 10,00 ou de 10 milhões, é fraude. Nós, aqui, pouco sabemos. Aliás, Deputado Micheletto, o senhor que é daquela região também do Oeste, sabe que a ferrovia vai contribuir. É uma ferrovia que já está há 30 anos proposta para sair, tem uma série de questionamentos desde o seu traçado. A outra ferrovia que deverá, que parou, mas que deveria ser uma ferrovia que atravessaria a região toda de Francisco Beltrão, para possibilitar, inclusive, que a cadeia do frango continue sendo competitiva, é outra situação que devemos debater. Mas aqui nesta Casa, Deputado Micheletto, o senhor não estava aqui e, por isso, não vamos cobrá-lo enquanto Líder do Governo, pouquíssimas pessoas sabem o que significa de fato a ferrovia da nova Ferroeste. Pouquíssimas pessoas! Por exemplo, será que os Deputados sabem que são 1.345 quilômetros de ferrovia, com um quilômetro de lateral a cada dois, porque são duas passagens de trilhos? São mil metros para cada lado. Deputado Romanelli, estamos falando de 242 mil hectares de terra que serão, de mata ou de terra, ocupados. É uma obra, sem dúvida nenhuma, enorme, mas poucos de nós sabemos o que significa isso. Acredito que o papel desta Casa também é fazer essa fiscalização. Nós, o Deputado Goura já anunciou, estivemos em uma audiência aqui há pouco tempo, no litoral do Paraná. Há uma série de questionamentos sobre o traçado da ferrovia no que diz respeito ao litoral, com

algumas alternativas, inclusive, passando por Mafra, de Mafra a São Francisco e de São Francisco a Paranaguá, que não necessariamente seja esse traçado da Mata Atlântica. Então, vão ter bastantes debates ainda. Acredito que os debates ainda serão feitos e, obviamente, todas as suspeitas que surgirem, não podemos repetir aqui com o pedágio. Ouvi hoje declarações do Deputado Arilson, Líder da Oposição, ouvi do Deputado Romanelli, sobre o pedágio, que as preocupações do novo pedágio não se transformem em um pesadelo. É a mesma coisa que a Ferroeste, são obras grandes, são obras que envolvem bilhões de reais, são obras para muito tempo e que esta Casa pode cumprir o seu papel, que é o de fiscalizar. Dito isso, Sr. Presidente, também quero fazer aqui já de antemão, pedimos cópia dos três projetos que foram relatados na súmula sua, hoje, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Ministério Público, criando novos cargos. Vamos analisá-los, mas em um primeiro momento temos posição contrária. Não se vislumbra a possibilidade de criação de mais 500 ou 400 cargos de comissão, em um período em que as pessoas estão em uma situação extremamente difícil. É preciso que o Tribunal seja aparelhado adequadamente? Sim, sem dúvida nenhuma. Que o Ministério Público também o seja, porque aí diz que há paridade de armas? Sem dúvida nenhuma. Que a Assembleia Legislativa também o seja? É possível. Mas é possível que também tenhamos sensibilidade, no momento em que estamos atravessando. Já tivemos esses pedidos anteriores. Nesse período que estou aqui foram mais de mil cargos em comissão de alguns desses órgãos. Então, em um primeiro momento fizemos uma discussão muito rápida, porque não temos o projeto em mãos. Vamos analisar os três projetos, mas de antemão já colocamos que há, Deputado Micheletto, uma grande, diria que uma grande contrariedade pelo momento em que esses projetos vêm e pela repercussão eles que trazem. Nesses cinco minutos que me restam, Sr. Presidente, quero fazer três comentários a respeito de notícias que têm chegado todos os dias. Ontem, muitos fizeram piada porque o Exército está comprando 35 mil pílulas, não sei se é esse o termo que usa, mas 35 mil pílulas de Viagra. Para que serviria isso para o Exército Brasileiro? Hoje, surge a notícia também no jornal *Extra*, que o Exército vai gastar 23 milhões com próteses penianas. Também não se sabe exatamente o

que está acontecendo com o Exército. O Exército ou as Forças Armadas? Ontem, era o remédio também para calvície. Parece que o salão de beleza virou o centro das atenções. Um dia é Viagra, um dia é prótese peniana, depois é negócio para cabelo e por aí a coisa vai. Mas isso não é o que mais nos chama a atenção. Em um mês, Sr. Presidente, em um mês tenho três informações, três notícias que me chamam a atenção, aqui, em um Governo que se diz sem corrupção. Primeiro, os ônibus escolares superfaturados que foram licitados, a licitação não foi suspensa, em uma compra que pode ter um superfaturamento de R\$ 732 milhões. No Governo Bolsonaro onde não há corrupção. Como foi dito já, esses ônibus comprados ou licitados pelas mãos do Centrão, em um processo que foi montado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, órgão controlado por Ciro Nogueira e Valdemar da Costa Neto, os mesmos que estavam lá com os pastores e com o Ministro, que agora não é mais Ministro, mas os pastores até agora não explicaram por que pediam dinheiro para liberar obras. Na semana seguinte, outra informação para o Governo, que não... (Problemas na conexão.) ... que nunca usou e que custou R\$ 1 milhão e 700 mil em salários de servidores. O Presidente Jair Bolsonaro criou em um dos seus primeiros atos, no dia 2 de janeiro de 2019, escritório montado no Rio de Janeiro, para o Chefe do Executivo despachar em seu domicílio eleitoral. Já consumiu R\$ 1 milhão e 700 mil e nunca foi utilizado por ninguém. Não é a Globo, Deputado Jacovós. Não é a *Globo*. Alguns aqui ficam tão enlouquecidos com a *Globo* e, depois, vão assistir ao Pantanal. Não é a *Globo*, é o jornal *Extra*. Não é o *Estadão* também, nem a *Folha de São Paulo*, nem a *Veja*. Depois, no final da semana, verba do orçamento secreto do MEC vai para empresa do pai de aliado de Lira, é o jornal *Pública* que faz essa informação. A empresa recebeu 54 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento, por meio de emenda do orçamento secreto de 2021. Prefeitos aliados de Lira, beneficiados com recursos da emenda do relator, apoiam a candidatura do Presidente da Câmara. Empresários beneficiados da emenda participaram de reunião convocada por Lira, para formar chapa de Deputados alagoanos. A empresa do pai do Vereador de Maceió, Catunda, PP, Alagoas, aliado político e amigo de Arthur, PP, Partido Progressista do Alagoas, recebeu 54 milhões do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação, por meio de emenda do relator, de 2021. Segundo a reportagem, Edmundo e João Catunda, pai e filho, têm um histórico de encontros com Lira. No ano passado, em junho, João esteve com Lira em Brasília, em novembro, em Maceió, com o Ministro da Educação. Para coroar a semana, porque agora será toda semana, não tenho a menor dúvida disso. Nem entrei ainda na história das empresas lá do Maranhão, que estão ganhando licitações para fazer obras rodoviárias no País inteiro, algumas sem a menor condição ou o melhor histórico, porque isso vai ficar para a semana que vem. Afinal, como dizia o Deputado Nereu, o melhor está por vir, Deputado. Temos que fazer um quadro do Bolsonaro, Deputado Nereu, *O governo sem corrupção*, mas acho que vai custar muito caro, porque é possível você pedir para o Governo e que ele seja superfaturado. Mas uma informação que me chama atenção também é que tudo isso inicia com um grande projeto, aqui no Paraná, de uma tal Força-Tarefa, ela extremamente correta em todos os sentidos, onde um dos Procuradores do famoso do PowerPoint, não andava, ele levitava, tal era a sua relação com a imprensa e com alguns setores, principalmente, de Curitiba. O que decidiu o Tribunal de Contas da União, hoje, 12 de abril de 2022? Em decisão unânime, o Tribunal de Contas da União responsabiliza Janot e Dallagnol por pagamentos de diárias e passagens a Procuradores, notícia do Lauro Jardim. Em decisão unânime na manhã dessa terça-feira, o Tribunal de Contas da União responsabilizou Rodrigo Janot e Dalton Dallagnol por pagamentos de cerca de R\$ 2 milhões em diárias e passagens para Procuradores da *Operação Lava Jato*. O Ministério Público junto à Corte considerou que poderiam ter sido usadas opções mais econômicas pela Força-Tarefa. Eles recebiam para ajuda para trabalhar em Curitiba, como se estivessem em uma situação transitória. Sabemos todos nós que eles moravam em Curitiba. Foram responsabilizados Janot, Ex-Procurador Geral da República; Dallagnol, Ex-Coordenador da Força-Tarefa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Além do Ex-Procurador Chefe do Paraná, João Vicente Roman. Os Ministros acompanharam o parecer do Relator Bruno Dantas. O imbróglio pode afetar a intenção de Dallagnol de disputar as eleições deste ano. Caso o Tribunal condene o Ex-Procurador, em novo julgamento que deverá entrar em pauta somente em 60 dias, Dallagnol poderá ser considerado inelegível e perder seus direitos políticos. Para quem era tão falante, Sr. Presidente, para quem acusava tudo e a todos, para quem dizia que o PT, Partido dos Trabalhadores, era uma organização criminosa, está barato, está barato, porque o que esperamos é cadeia, cadeia para quem destruiu o País, cadeia para quem mentiu para o País, cadeia para quem se aproveitou de uma situação momentânea, e cadeia para todos aqueles que o ajudaram, e cadeia, obviamente, para quem continua roubando, dizendo que neste País não tem corrupção. Vamos voltar todas as semanas, porque infelizmente todas as semanas têm corrupção nova.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde a V.Ex.^a, na figura de V.Ex.^a quero saudar todos os Deputados, Deputadas e a imprensa que nos acompanha. O senso comum costuma afirmar que políticos são todos iguais, mas esse é um grave engano cometido pelas pessoas que pensam assim. Muitos são os aspectos que diferenciam um político do outro, um Vereador do outro, um Prefeito do outro, um Deputado do outro, uma Deputada da outra. Hoje quero falar um pouquinho dessa diferenciação. O papel, o tamanho do Estado está presente no centro desse debate político. Interessante é que aqueles que defendem o Estado mínimo não querem de fato diminuí-lo, antes, na verdade, querem ampliar as oportunidades de negócio para o capital, para empresas privadas. A diferença entre Estado mínimo e Estado mínimo de políticas públicas para a sociedade é gigantesca. Querem, no fundo, fazer com que o Estado tire dinheiro de investimento público para passar para a mão do mercado, para o grande negócio. É disso que quero falar aqui, qual o tipo de político que está

governando o Estado do Paraná. Quem que está ali do lado da rua? No Palácio do Iguaçu? Se ele dirige o Estado como sendo um ente público, a serviço do seu povo, ou utiliza o Estado para atender às necessidades do grande capital, de grandes corporações e de grandes empresários? Tenho citado com frequência aqui o caso da Copel. A Copel que foi agora apontada pelo Ministério Público que vai acompanhar o conflito de interesses ocorrido na venda da Copel-Telecom, uma vez que um diretor da Copel-Telecom participou da venda e hoje é dirigente da empresa que comprou a Copel-Telecom. Mais do que isso, a forma como a empresa está cuidando do dinheiro público, ou repartindo esse dinheiro público. É notório o que está acontecendo na Copel, 5,1 bilhões de lucro, do qual se optou em repartir 65% do lucro adquirido. Para várias corporações e para um grupo governante, que pensa em privatização de empresa pública deficitária, que não tem eficiência, deixa ela na mão de empresas públicas inclusive, e de fundos públicos de outros países. É uma contradição. Quando o fundo, o fundo da previdência da polícia dos bombeiros da cidade de Los Angeles ganha na ação da Copel na valorização, é um desrespeito à polícia do Paraná, ao que ocorreu ontem, por exemplo, falado aqui pelos meus colegas Deputados. Quando o Fundo de Previdência de professores de Nova Iorque ganha dinheiro com o aumento da energia e na distribuição do lucro, é um desrespeito não só aos professores do Paraná, mas à classe dos servidores, e principalmente ao povo paranaense. Quando o Fundo de Previdência dos aposentados do Estado da Califórnia ganha dinheiro na Copel porque o Governo do Paraná resolveu repartir mais os seus lucros do que os 25% mínimo exigido pela lei, é uma decisão política que favorece estrangeiros. Quando o Fundo de Previdência de Utah, nos Estados Unidos, ganha dinheiro, estamos vendo isso. Quando o fundo de investimento de State Street da Irlanda ganha dinheiro, é uma escolha política. Não é com o povo paranaense que eles estão preocupados, muito pelo contrário, é em alimentar fundos estrangeiros de investimento, da Ford Motors, que é outro acionista; da Caterpillar, que é outro acionista; da Previdência da IBM; que é outra acionista; do Fundo Global de investidores da Alianza, ou ainda, da Black Rock, maior fundo de investimento do mundo. O Governo paranaense optou em fazer da Sanepar um

balcão que favorece quem não tem origem paranaense, sangue paranaense, e muito menos compromisso com o Estado do Paraná. A tarifa já levantada aqui, hoje na Copel é 15% mais cara, e por que ela é mais cara? Porque se optou em não repatriar o lucro e dividir. Você que está me ouvindo agora, que paga R\$ 1 mil no seu mercadinho de energia elétrica, a conta era 850.00. Você que está aí e que paga 200,00, a conta era 170,00. O Governo optou em dividir 3,1 bilhões, que equivale a 65%, no lugar de dividir 1,2 bi que é o mínimo constitucional. Ou seja, 1,9 bilhão repartido para o grande capital. E não chegam, não param de cair notícias tristes contra a Copel, cada dia é um problema. Hoje me deparei com uma situação tão ruim quanto à denúncia feita aqui pelo Soldado Fruet, que falou dos contratos de empresas, ou melhor, escritórios de advocacia junto à Ferroeste. Tenho aqui em minhas mãos um pregão, aliás, um aviso de licitação da Copel e outro da Compagas, ambas empresas públicas do Paraná, e pasmem, o modelo adotado para fazer esse aviso de licitação é quando chega o valor do serviço colocar sobre sigilo, está aqui. Fiquei horrorizado. Existe uma autorização legal para praticar isso, fazer uma licitação e colocar o valor sigilo, mas é uma prática que não condiz com o Governo da *compliance*, não condiz com o Governo da transparência, ou pelo menos não é o que o Governador Junior anda falando na televisão 24 horas. Vinte e quatro horas que o Paraná é 5,0 turbinado, rebaixado, tunado, sei lá o nome que deram para esse raio de carro. Mas não é nada disso, é um Governo que não mostrou para a população para o que veio. Olhem só, no edital da Compagas, cuja publicação do dia 7/4, os acolhimentos para início das propostas é no dia 15/3, a abertura dia 4/5, e o valor sigiloso, o edital é para registro de preço para eventual e futura contratação dos serviços de calibração e troca de sensores para o equipamento detector de quatro gases, BW Technologies Gás Alert Max XT-II, detector CO2 texto 317-3. Gente, é uma prática imoral, não transparente, não dá para acreditar que as empresas públicas do Paraná, além de optarem e repartir o lucro com o mercado internacional, quando vai promover uma licitação, use esse detalhe sigiloso. Não é um detalhe, é uma opção. Permitido? Permitido, mas quase não usado. Aliás, vou fazer questão de ler amanhã o *compliance*, a lei do *compliance* do Estado do Paraná. Ela não recomenda, mas

os dirigentes das empresas públicas do Paraná, nomeados pelo Governador, praticam. Mas é uma contradição. Olha, não estamos falando do Estado mais transparente do Brasil, segundo a propaganda? Não estamos falando do Estado que mais investiu para se apurar problemas? Não estamos falando? Não, não estamos falando desse Estado porque ele não existe. Esse Estado fica na telinha do celular; esse Estado, quando desliga o rádio, ele some; esse Estado, quando você desliga a televisão, ele não existiu de fato. O que temos é uma sequência de erro, uma sequência de entendimento do papel do Estado. E por que todos os políticos não são iguais? Porque tem gente que não pensa assim, tem gente que entende que o Estado tem que servir ao seu povo, ampliar o serviço de saúde pública, descentralizar o serviço público. Aliás, o Estado do Paraná investiu, nos três últimos anos, o mesmo percentual na rubrica de saúde, mesmo desconsiderando uma pandemia. *Ah, o Estado do Paraná é o Estado que apresentou 17 bilhões em renúncia fiscais.* E não tem transparência também, porque nem sabemos quem são as empresas, os CNPJs, os CPFs que são beneficiados. Talvez porque eles também façam parte da turma de Wall Street. Talvez porque eles estejam em Berlim, Tóquio, Nova Iorque. Talvez, porque não pode dizer, porque é sigiloso, assim como a licitação da Compagas e da Copel Telecom. É sigilo atrás de sigilo. Parece que aprenderam com o Bolsonaro, que botou sigilo no cartão corporativo que usa, que botou sigilo se tomou vacina ou não, que botou sigilo no que acontece com o Brasil. Criaram... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Litro – PSD): Deputado Arilson, o senhor tem um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Criaram *control-C control-V* de Brasília para Curitiba. Da capital do País para o Estado do Paraná. Mas o povo paranaense não quer *control-C control-V*, não. Queremos originalidade. Queremos, Governador Junior, que construamos um Paraná, de fato, inovador. Mas inovador não é no conceito da propaganda. Inovador é na ação de transparência. Inovador é não fazer licitação com sigilo no valor. Inovador é ter o Portal da Transparência alimentado. Inovador é ter à disposição aqui desta Casa

quem são os beneficiados da farra bilionária de isenção fiscal do Paraná. Inovador é isso. Nova política desse jeito? Estou fora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Litro – PSD): Gostaríamos de registrar a presença do Vereador de Almirante Tamandaré, Sr. Manoel Franco, por solicitação do Deputado Nelson Justus. Próximo orador inscrito, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Faz duas semanas que recebi essa missão do Governador Ratinho Junior para liderar essa Base de Deputados convictos de que estamos no caminho certo. E tenho respeitado muito a maneira do contraditório, as falas. Ouço bastante. Vejo interpelações importantes, sugestões. A minha missão aqui é de unificar, cada vez mais, a nossa Base, temas importantes. E aprendi dentro de casa, com a minha referência, que foi com o meu saudoso pai, que temos que respeitar as pessoas, respeitar o contraditório. Mas hoje preciso ser um pouquinho mais ácido nos meus comentários. A Oposição vive uma utopia. Vive uma bolha ideológica e o me chama que vou o povo paranaense, há duas eleições, já não quis mais. Não queremos voltar para o passado. Queremos é continuar andando para frente. E se chamar aqui, praticamente, 90% de todos os Deputados que estão aqui nesta Casa, já conviveram com essa bolha, com esse passado, que o povo paranaense já não quer mais. Já fui Prefeito por duas vezes. Tive a honra de administrar a minha cidade e ser o presidente de todos os prefeitos do Estado do Paraná. Já fui do Executivo. A Oposição, e vejo aqui e respeito muitos dos que estão aqui, mas nenhum de vocês esteve no Executivo. É muito fácil vir aqui fazer comentários, viver dessa bolha, mas administrar a quarta maior economia do Brasil não é simples. Todos que estamos aqui queremos o bem de todos os paranaenses e, principalmente, dos nossos servidores, colaboradores. Estamos de passagem pelo Governo, os nossos servidores ficam. Todos queremos o bem de todos eles. E o esforço que o Governo está fazendo foi essa Base aqui, por meio do empenho do Governo, de fazer o possível para ajudá-los. E as portas não estão fechadas. A minha missão, a minha função aqui como Líder é continuar

fazendo os ajustes, continuar buscando entendimento. Deputado, V.Ex.^a Professor Lemos, sabe muito bem, quando estive na Secretaria da Administração, sempre conduzi com imparcialidade, com responsabilidade e convivi com as sugestões da Oposição, como hoje estava fazendo com a chefe Marlei, da APP, com a que assumiu o lugar da Marlei, a Valquíria, e assim venho fazendo todos os dias. E aqui nesta Casa também tenho buscado esse entendimento. Não é simples, minha gente, administrar em momento difíceis, em pandemia, dificuldade hídrica, econômica. Quem participou, já conviveu e quem foi do Executivo sabe que não é simples administrar. E, por isso, quero dizer a todos vocês, duas semanas que estou aqui ouvindo bastante, é utópico, minha gente, chega a ser bizarro o que, muitas vezes, a Oposição pede aqui. É bizarro. Tenho um respeito enorme por todos aqui da Oposição. Convivi dentro da minha casa com aquele que, muitas vezes, menosprezou a própria polícia, interpelou, muitas vezes, pessoas de bem de forma injusta, de forma ríspida. Continua tentando diminuir o nosso Governador com adjetivos pequenos. Não é essa política que o povo paranaense quer. Isso é passado. Já foi. Já há duas eleições o povo não quis mais. Só sobrou o Partido dos Trabalhadores aqui, porque todos que estão nesta Casa já conviveram com esse passado. E, por isso, que, muitas vezes, vejo aqui nesta Casa interpelações que chegam a ser bizarras. Não é simples administrar um Estado. Eu que já fui Prefeito digo isso a vocês. É muito fácil vir aqui, subir à tribuna e blasfemar, dizer aquilo que quer, mas ir lá administrar, tentar conduzir, fazer o melhor possível para o povo paranaense não é simples, mas preciso aqui respeitar essas opiniões, mas também tenho o direito de fazer esse contraditório. Digo a todos vocês estamos construindo, sim, um Estado inovador e moderno, uma gestão com eficiência, com equilíbrio, com satisfação da população, mesmo com todas as dificuldades que estão aqui. Temas importantes. Obras estruturantes. Falar de uma Ferroeste que gera riqueza, gera desenvolvimento. Tivemos no passado um governo bizarro, que o governador não sabia diferenciar um pé de soja de um pé de milho, chegou a comer mamona achando que era goma de mascar. E o Estado que mais gera, por metro quadrado, alimento para o mundo. Muitos aqui sabem do que estou falando. Então, gostaria de buscar o contraditório, a divergência, sem problema algum.

Quero aqui dizer a todos vocês que precisamos nos respeitar, adjetivos pejorativos, diminuição tentando levar o Governador de forma pequena, minimizando cada vez mais esta Casa. Não fui educado para isso, para ouvir esse tipo de coisa. Mas lógico que, vivemos em um mundo plural, na política plural, democrática, mas as respostas também virão do lado de cá. A diferença do nosso Governo para o passado tópico, ideológico dessa bolha que alguns ainda continuam vivendo e grande parte de todos que estão aqui já participaram desse passado. Esse “me chama que eu vou” o povo paranaense não quer mais. O povo quer continuar olhando para frente. Então, quero pedir aqui o respeito, é necessário o contraditório, as sugestões. Vejo pessoas competentes, inteligentes, fazendo o contraditório, mas afronta à pessoa não dá mais para engolirmos. E por isso que desejo todo o sucesso a todos nós, mas que possamos fazer a política que o povo paranaense tanto quer: sem ódio, de forma fraterna, solidária, respeitosa, ouvindo a pluralidade. Mas, o “me chama que eu vou”, o povo não quer mais; o povo quer continuar olhando para frente porque este é um Estado de gente que trabalha. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL),

Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (49 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Anibelli Neto (MDB), Guto Silva (PP), Jonas Guimarães (PSD), Marcio Nunes (PSD), e Michele Caputo (PSDB) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: *(Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 135/2022*, do Deputado Paulo Litro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de conservação e manutenção de elevadores e a confecção de relatório de inspeção anual (RIA); **Autuado sob o nº 136/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Acolhida Filhos Prediletos, regional Campo Mourão, com sede no município de Campo Mourão; **Autuado sob o nº 137/2022**, do Deputado Artagão Junior, que altera a Lei nº 20958, de 10 de janeiro de 2022, que alterou as Leis nºs 11662/1997 e 16653/2010, para corrigir erro material e incluir a nomenclatura de “professores” no art. 1º da Lei nº 11662/1997; **Autuado sob o nº 138/2022**, do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade à Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, com sede no município de Pontal do Paraná; **Autuado sob o nº 139/2022**, da Comissão Executiva, que insere, altera e revoga dispositivos da Lei nº 16792, de 25 de fevereiro de 2011, da Lei nº 16809, de 2 de maio de 2011, e da Lei nº 20123, de 20 de dezembro de 2019, que tratam sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 140/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato, Goura, Luciana

Rafagnin, Requião Filho, Professor Lemos, Soldado Fruet, Mabel Canto, Evandro Araújo, que altera a Lei n.º 16595, de 26 de outubro de 2010, que dispõe que todos Atos Oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 62/2020, de autoria do Deputado Paulo Litro, que dispõe sobre a Política Estadual de Valorização da Vida nas instituições de ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Direitos da Juventude. Emenda da CCJ. Substitutivo geral de plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão o substitutivo geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus e Ricardo Arruda. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese,***

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Maria Victória e Michele Caputo (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 416/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunidade Terapêutica Viver Bem Assistência e Apoio a Mulheres Dependentes Químicas e Alcoólatras e Familiares, com sede no município de Ibirapuã. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MICHEL MICHELETTTO (PL): Liderança pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, registra voto “sim”, por favor.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): O meu também, estou perdido aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok! Ainda pendentes os votos dos Deputados Mauro Moraes e Maria Victória. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco**

Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo e Plauto Miró (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 416/2021. Quarenta e oito votos, com os votos dos Deputados Plauto Miró e Arilson Chiorato. Está aprovado o Projeto.

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 117/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Marcio Pacheco, Cobra, Alexandre Curi, por favor, o voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho,**

Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Maria Victória e Michele Caputo (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 117/2022.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 546/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que denomina Olívio Jacometo o viaduto localizado no km 157 da BR-376, no município de Mandaguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MICHEL MICHELETTTO (PL): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda vários Deputados não registraram o voto. Vou encerrar a votação. Votação encerrada... Deputado Douglas, vou considerar o seu voto. Quem mais? Deputado Guerra também, Deputado Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Reichembach, Requião Filho e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º**

546/2018. Com os votos dos Deputados Guerra, Douglas e Reichembach. Está aprovado o Projeto.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 579/2018, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Anjos da Cidadania, com sede no município de Fazenda Rio Grande. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Pedimos o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Meu Líder, Marcel Micheletto, seu voto, por favor. O Deputado Arilson está votando. Deputados Boca Aberta, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Nelson Justus e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus e Tiago Amaral (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 579/2018.**

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 271/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede ao município de Jaboti o Título de Capital do

Morango do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “sim” também pede a Liderança do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guerra, seu voto. Deputados Boca Aberta, Cobra Repórter, Cristina, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Maria Victória. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (12 Deputados).]** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 271/2021. Quarenta e três votos, com o voto do Deputado Soldado Adriano. Está aprovado o Projeto.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Dois pedidos de informações: **Requerimento n.º 851/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste-Ferroeste, Sr. André Luís Gonçalves, requerendo esclarecimentos sobre contratos entabulados entre a Ferroeste e diversos escritórios de Advocacia, via inexigibilidade de licitação; e **Requerimento n.º 855/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, sobre a terceirização de pessoal nas escolas paranaenses. Deputado Marcel Micheletto?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Arilson e Soldado Fruet? Adiados na forma regimental.

Deputado Nereu, *pela ordem.*

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Senhor Presidente, vamos fazer agora uma reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, aqui na sala ao lado aqui do Plenário, e gostaria de convidar os Deputados membros da Comissão para que possamos liberar as matérias para poder ir a Plenário. Todos os Deputados estão convocados, agora, assim que terminar a Sessão, aqui na salinha ao lado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Requerimento n.º 827/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 54/2022 ao Projeto de Lei n.º 53/2022, por serem matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 834/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 117/2022, da Ordem do Dia.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 822/2022, do Deputado Coronel Lee, solicitando registro e envio de votos de congratulações aos Soldados Cristiano Barbosa Alingheri e Renan Gaudêncio Caldi; **Requerimento n.º 823/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Carlos Kanegusuku; **Requerimento n.º 825/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Sr.^a Fátima Aparecida Cavalaro Gaffo, pelo magnífico exemplo de vida e de solidariedade demonstrado principalmente neste período de pandemia de Covid; **Requerimento n.º 826/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Carlos Kanegusuku; **Requerimento n.º 828/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o registro e envio de moção de louvor e aplausos ao atleta Assyrio José Reinaldo Dis, do município de Sertanópolis, campeão da final Nacional da Copa Wrangler Ekip Rozeta, Etapa Londrina; **Requerimento n.º 830/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de menção honrosa à tenista Vitória Marchezini; **Requerimento n.º 835/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Giacoia, conforme específica; **Requerimentos n.ºs 837 e 839 a 841/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Brasil Borba, Sebastião Antunes Machado, Maria de Lourdes Silla e Victória do Prado; **Requerimento n.º 838/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Casa Familiar Rural de Santa Maria do Oeste; **Requerimentos n.ºs 842 e 844 a 850/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Pastor Josias Lima de Oliveira; ao Pastor Lázaro Antunes Moraes; ao Pastor Zedequias Vieira Cavalcante; ao Pastor Edmilton Bispo dos Santos; ao Pastor

Thiago Machado Franco; ao Pastor Arlindo Gomes; ao Pastor Dorvaci Ramos Bicudo; e ao Instituto e Seminário Bíblico de Londrina; **Requerimento n.º 852/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do Detran, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo informações acerca do Descumprimento pelo Detran/PR do Contido na Resolução Contran n.º 789, de 19/6/2020; **Requerimento n.º 853/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Professora e Pedagoga Marilene Kaspchak; **Requerimento n.º 854/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando que seja encaminhado ao Diretor Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, e ao Diretor Jurídico, Sr. Eduardo Vieira de Souza Barbosa, pedido de apoio para solucionar e garantir o acesso à energia elétrica às famílias que vivem nos bairros Recanto Verde, Pinheirinho e Vila Nova, no município de Pinhão.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 833/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o uso do Plenário desta Casa de Leis no dia 10 de maio de 2022, após a Sessão Ordinária, para a entrega do título de Cidadão Honorário à família do homenageado, o Ex-Governador do Estado do Paraná, Sr. Dr. Octávio Cesário Pereira Junior. (Homenagem Póstuma.)

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 829/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o cancelamento do Requerimento de envio de expediente n.º 818/2022, apresentado no dia 11/4/2022, para correção e posterior protocolo; **Requerimento n.º 831/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a autorização para se ausentar do País no período de 16 a 24 de abril de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 836/2022**, dos Deputados Cristina Silvestri e Goura, solicitando a inclusão da Deputada Cristina Silvestri como coautora do Projeto de Lei n.º

781/2019, de autoria dos Deputados Goura, Evandro Araújo, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Tercílio Turini, Arilson Chiorato, Professor Lemos e Requião Filho.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer à Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 832/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês de ausência injustificada): **Requerimento n.º 843/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de abril de 2022.

Requerimento arquivado.

Requerimento n.º 824/2022, do Deputado Alexandre Curi, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 16 a 24 de abril de 2002, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Requerimento arquivado.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registrarmos a presença do Vereador de Cafeara, Sr. Joelmir, por solicitação do Deputado Adriano José.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 13 de abril de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei n.º 433/2021; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 62/2020; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 546/2018, 579/2018, 31/2020, 271/2021 e 425/2021; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 55/2022 e 90/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h52, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)